

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE NOROESTE
DO MATO GROSSO

EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 41/2014 - UASG 194067

Nº Processo: 087890076/2014-31 . Objeto: Fim de atender manutenção em concessionária autorizada do veículo L-200 Triton placa NJK-8021, lotado na CT-Juina-V. Total de Itens Licitados: 00014. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XVII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos. Declaração de Dispensa em 04/09/2014. CONSUELO TAMIRIS CARDOSO CORREA. Chefe de Serviço. Ratificação em 04/09/2014. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE AQUINO. Coordenador Regional. Valor Global: R\$ 1.765,91. CNPJ CONTRATADA : 10.227.348/0001-70 J. C. AUTO MOTORS LTDA.

(SIDECE - 04/09/2014) 194067-19208-2014NE800063

COORDENAÇÃO REGIONAL DE KAYAPÓ SUL
DO PARÁ

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 5/2014

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 25/08/2014 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura locação de veículos, tipo caminhonete (pick up), cabine dupla com tração 4x4, SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL para atenderem as necessidades de transportes de servidores públicos envolvidos em trabalhos de monitoramento ambiental e fiscalização de terras indígenas realizados pela FUNAI/Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará, devido a constante necessidade em realizar operações de monitoramento ambiental e fiscalização à atividades ilícitas. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 05/09/2014 das 08h00 às 12h00 e d14h00 às 17h30. Endereço: Rodovia Pa 279 Sn Km 160 Setor Industrial - TUCUMA - PA. Entrega das Propostas: a partir de 05/09/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/09/2014, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

PAULO PEREIRA DA SILVA
Ordenador de Despesas
Substituto

(SIDECE - 04/09/2014) 194044-19208-2014NE800063

MUSEU DO ÍNDIO - RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 3/2014 publicado no D.O. de 04/09/2014 , Seção 3, Pág. 99. Onde se lê: Valor R\$ 9.000,00 Leia-se : Valor R\$ 90.000,00

(SICON - 04/09/2014) 194035-19208-2014NE800063

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1,
DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE TRABALHO RELACIONADAS AO FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA DEFESA DOS CONSUMIDORES.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ), representado pela SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR (SENACON), no uso de suas atribuições previstas no inciso X do art. 1º da Portaria nº 1.840, de 21 de agosto de 2012, torna público, no âmbito do Plano Nacional de Consumo e Cidadania - Plandec, instituído pelo Decreto 7.963, de 15 de março de 2013, o presente chamamento em conformidade com a Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011, com vistas a promover o Programa SICONV nº 3000020140184 - Fortalecimento da Participação Social na Defesa dos Consumidores, nos termos da Ação Orçamentária 2334 - Proteção e Defesa do Consumidor, do Programa 2020 - Cidadania e Justiça, constante da Lei Orçamentária Anual - LOA/2014.

1. DO OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. O presente Chamamento Público, integrante do Plano Nacional de Consumo e Cidadania, instituído pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, tem por objeto selecionar projetos voltados ao fortalecimento da participação social na defesa dos consumidores, por meio do financiamento de ações de educação para o consumo, na temática de educação financeira, a serem realizadas por Entidades Privadas sem fins lucrativos com atuação na área de defesa do consumidor. Os projetos deverão seguir as diretrizes do Programa de Educação Financeira para o Consumidor, elaborado pela SENACON, conforme Anexo V deste Edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

2.1. Participarão do presente chamamento público entidades privadas sem fins lucrativos com histórico comprovado de atuação na área de defesa do consumidor.

2.2. Não poderão participar:

2.2.1. Entidades privadas sem fins lucrativos que possuam convênios ou contratos de repasses vigentes com esta Secretaria ou outro órgão da administração pública federal, para a execução de objeto idêntico ao da proposta encaminhada para esta Chamada Pública;

2.2.2. Entidades privadas cujo objeto social não se relacione aos objetivos desta Chamada Pública (Defesa do Consumidor);

2.2.3. Pessoas físicas, órgãos públicos da administração direta e indireta ou entidades privadas com fins lucrativos.

2.3. Não serão celebrados os convênios decorrentes deste Edital com entidades que:

2.3.1. estejam em mora, inadimplentes com outros convênios e demais instrumentos congêneres celebrados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, ou irregulares em qualquer das exigências da legislação e deste edital;

2.3.2. estejam inscritas no Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) da Controladoria-Geral da União (CGU) até a data limite para formalização do convênio;

2.3.3. não estiverem regularmente constituídas e cadastradas no Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasse - SICONV;

2.3.4. não apresentarem os comprovantes dos orçamentos constantes da pesquisa de preço (Anexo II/A - Termo de Referência), com pelo menos três cotações de preços para cada item do projeto;

2.3.5. estejam irregulares em quaisquer das exigências contidas na Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, em especial quanto às condições técnicas e gerenciais para executar o convênio, conforme exigência de seu art. 6º;

2.3.6. tenham em suas relações anteriores com a União incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

I - omissão no dever de prestar contas;
II - descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;
III - desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

ocorrência de dano ao Erário; ou

IV - prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

2.3.7. não possuam, pelo menos, 3 (três) anos de existência, comprovados a partir de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), além de atuação pelo mesmo período na defesa do consumidor, também com comprovada experiência;

2.3.8. tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

2.4. As entidades civis selecionadas conforme Item 05 do presente Edital deverão apresentar as declarações contidas no Anexo III, sob pena de arquivamento da proposta.

3. DA PROPOSTA E DO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. Os interessados em participar do presente chamamento público deverão apresentar proposta com as seguintes características:

3.1.1. PLANO DE TRABALHO

3.1.1.1. Deverá constar obrigatoriamente no Plano de Trabalho:

a) Descrição do objeto a ser executado, com indicação da realidade que será modificada, bem como a localidade que será atendida ao longo da execução;

b) Justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, entre o concedente e o proponente;

c) Justificativa contendo a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa e a indicação do público alvo;

d) Justificativa contendo o estudo de viabilidade do projeto, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

e) Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como os meios que serão utilizados para tanto;

f) Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

g) Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

h) Diagnóstico da realidade que será modificada com a implementação das ações propostas;

i) Relação discriminada de todas as despesas a serem realizadas com os recursos do convênio;

j) Informações relativas à capacidade técnica gerencial do proponente para execução do objeto;

k) Previsão da equipe técnica que atuará na coordenação, execução e fiscalização do projeto;

l) Descrição dos mecanismos de monitoramento da eficiência, efetividade e eficácia que serão utilizados na execução do convênio;

3.1.1.2. Cada proponente poderá enviar para análise apenas 1 (uma) proposta de trabalho;

3.1.1.3. As propostas apresentadas deverão prever a vigência máxima de 12 meses para a execução do convênio, a contar da data de sua celebração;

3.1.1.4. As propostas apresentadas deverão ter o início da execução prevista para o primeiro trimestre de 2015.

3.1.1.5. O Plano de Trabalho deverá seguir o modelo constante do Anexo II-A do presente Edital;

3.1.1.6. O proponente deverá incluir o Plano de Trabalho na sub-aba "anexos" da aba "Plano de Trabalho" do SICONV.

3.2. TERMO DE REFERÊNCIA

3.2.1. Quando da inclusão de sua proposta no SICONV, o proponente deverá anexar Termo de Referência contendo elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pelo concedente, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto.

3.2.2. O Termo de Referência deverá ser anexado na Aba "Projeto Básico/Termo de Referência", em formato PDF ou DOC, conforme modelo disponibilizado no Anexo II-B deste Edital.

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. Para apresentar proposta de trabalho, o interessado deverá estar credenciado e devidamente cadastrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) <https://www.convenios.gov.br>;

4.2. Para o cadastramento, credenciamento e formalização de sua proposta, o proponente deverá seguir as orientações constantes no Anexo IV do presente Edital;

4.3. Considerando que o cadastro no sistema SICONV tem validade de apenas 01 (um) ano, torna-se imprescindível sua atualização junto a uma unidade cadastradora, em conformidade com o disposto na Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011.

4.4. As propostas de trabalho deverão ser cadastradas e enviadas para análise no portal SICONV, Programa nº 3000020140184 - Fortalecimento da Participação Social na Defesa dos Consumidores.

4.5. Para fins de participação na presente seleção, só terá validade a proposta que apresente o status "ENVIADA PARA ANÁLISE" no SICONV, dentro do prazo de envio das propostas estabelecido no item 6.1.

5. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS DE TRABALHO E CELEBRAÇÃO DOS CONVÊNIOS

5.1. COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - A seleção das propostas será realizada por Comissão de Avaliação designada pela SENACON.

5.1.1. No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial da União, a Secretária Nacional do Consumidor designará, por meio de Portaria específica, comissão composta por 05 (cinco) membros para avaliação das propostas de trabalho, de acordo com os critérios objetivos previstos no Anexo I deste edital.

5.1.2. A Comissão de Avaliação terá a seguinte composição: 01 (um) membro do Gabinete da Secretária Nacional do Consumidor, 02 (dois) membros do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e 02 (dois) membros externos convidados pela Secretaria Nacional do Consumidor.

5.1.3. ANÁLISE DAS PROPOSTAS - As propostas serão analisadas pela Comissão de Avaliação em 03 (três) fases subsequentes:

5.1.3.1. HABILITAÇÃO: a área técnica da SENACON analisará a condição de habilitação do proponente para participar da presente Chamada Pública, nos termos dos itens 2.1, 2.2, e 6.1 deste Edital, e encaminhará parecer à Comissão de Avaliação com elementos para subsidiar a decisão sobre a habilitação.

5.1.3.1.1. A relação das propostas habilitadas será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do Ministério da Justiça.

5.1.3.2. AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO: somente os proponentes habilitados terão suas propostas avaliadas pela Comissão de Avaliação, segundo critérios objetivos estabelecidos no Anexo I deste edital.

5.1.3.2.1. Preliminarmente, a área técnica de convênios da Secretaria Nacional do Consumidor divulgará, em conjunto com a lista de habilitados, relatório único contendo as principais fragilidades detectadas nos projetos habilitados e estabelecerá prazo para que sejam feitas as devidas adequações pelos proponentes.

5.1.3.2.2. Para garantir a isonomia entre os participantes, o relatório mencionado no item anterior não fará menção aos proponentes especificamente, mas apenas aos problemas mais relevantes observados pela área técnica da Secretaria Nacional do Consumidor e pela Comissão, permitindo a todos os proponentes que avaliem a adequação de suas propostas.

5.1.3.2.3. Encerrado o prazo que será oportunamente divulgado no SICONV, conforme o item 6.1, os membros da Comissão avaliarão individualmente as propostas habilitadas, de acordo com os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo I deste edital.

5.1.3.2.5. Em caso de empate na média das notas atribuídas pelos membros da Comissão, serão considerados os seguintes critérios de desempate: (i) maior nota no item 2 do Anexo I; (ii) maior nota no item 9 do Anexo I; (iii) maior nota no item 6 do Anexo I; (iv) maior nota no item 11 do anexo I.

5.1.3.2.6. Serão eliminadas do presente Edital de Chamamento Público quaisquer propostas que não obtiverem a pontuação mínima de 75 (setenta e cinco) pontos, nos termos do Anexo I deste Edital.